

Cabral não crê na inversão de pauta

Relator critica regimento que requer unanimidade das lideranças para ser mudado

O relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), que entrega hoje um relatório de cerca de 1000 páginas onde defende 4 anos de mandato para o presidente José Sarney e o regime parlamentarista, disse ontem que não acredita na possibilidade de inversão da pauta para a votação antecipada do sistema de governo e mandato, já que o regimento interno da Constituinte não permite este recurso.

Mesmo não discordando da idéia, Cabral lembrou que para modificar o regimento seria necessário um acordo, com o voto favorável de todos os líderes de partidos, por unanimidade. Se pelo menos 1 dos 12 líderes partidários na Constituinte for contrário à inversão, não será permitida a modificação do regimento. "Eu acho muito improvável que se chegue a este acordo, além do mais poderia atrasar ainda mais os trabalhos", advertiu Cabral.

O atual regimento prevê que o projeto de Constituição deverá ser votado, em plenário, seguindo-se a ordem dos capítulos no texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Sobre a

conveniência de se votar primeiro o capítulo que engloba a duração do mandato do presidente José Sarney — tese que o próprio Presidente vem estimulando, com ênfase, nos últimos dias — o relator Bernardo Cabral alertou que não enxerga maiores chances de ser aprovado o mandato de 5 anos, "pois as assinaturas de apolamento não se confundem com convicção de voto".

"FUI MANIETADO"

Depois de encaminhar ontem o relatório com o parecer sobre 2.023 emendas — mais 10 emendas ficaram prejudicadas — ao Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), o relator Bernardo Cabral criticou duramente o regimento interno, que considera, dificultou o seu trabalho nesta fase. "Eu não digo que fui golpeado, mas fiquei amarrado regimentalmente, fui manieta-do", reclamou o relator. Ele citou como exemplo o dispositivo que o obrigou a dar parecer favorável ou contrário a todas as emendas, de forma rígida.

— Havia emendas boas, que eu poderia acolher par-

cialmente, cotejando as partes boas, mas não pude. Fui obrigado a aprovar ou rejeitar as emendas por inteiro — revelou o relator.

Em relação às emendas apresentadas pelo Centrão, por exemplo, Bernardo Cabral ressaltou que só irá acolhê-las pelo privilégio regimental das 280 assinaturas, mas anuncia que vai pedir destaque para a manutenção do texto aprovado na Sistematização no que se refere à questão da estabilidade, reforma agrária, direito de greve, habeas data, imprescritibilidade das causas trabalhistas, estrutura dos partidos políticos e sistema tributário, entre outras.

Em tom de crítica, Cabral observou que a parte referente ao sistema tributário, que antes todos diziam, levaria o País ao caos administrativo, foi copiado pelo Centrão, com o agravante de aumentar as despesas do Governo. "No projeto o Centrão pede que se pague, por exemplo, 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a todos os municípios portuários", antiga proposta do líder petebista Gastoni Righi.

Mas mesmo assim, os re-

latores encontraram "coisas boas" no projeto encaminhado pelo Centrão. A impenhorabilidade de pequenas propriedades, até 25 hectares, com a garantia de crédito aos pequenos proprietários foi uma delas. "Foi uma solução social progressista", considerou o relator — adjunto José Fogaca (PMDB/RS). Além desta proposta, Cabral vai manter do texto do Centrão — repetido do projeto da Sistematização — a licença-gestante de 120 dias e a jornada de trabalho de 44 horas semanais. Se não se chegar a um acordo, será mantida também a proposta do pagamento de 50% de hora extra, ao invés do pagamento das horas extras em dobro (100%).

Sobre o adiantamento da votação, o relator explicou que as emendas com parecer favorável semelhantes, sobre um mesmo tema — Educação por exemplo — poderão ser votadas em bloco. As de parecer contrário igualmente. De uma maneira geral Bernardo Cabral disse que o trabalho dos constituintes nesta fase foi muito proveitoso, o que acredita, seja a prova da maturidade conquistada ao longo do processo.

Uma derrota para Sarney e Covas

EUGENIO NOVAES



Cardoso defende a tese da "definição-já"

A proposta de inversão da pauta da Constituinte, com a votação antecipada do regime de governo e do mandato presidencial, conseguiu uma façanha inédita: unir o presidente José Sarney e o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Ambos acreditam que a precipitação das definições em torno dos dois temas beneficiará seus interesses, que aí já são contrários: Sarney quer cinco anos de mandato com regime presidencialista; Covas quer parlamentarismo e eleições este ano.

Apesar disto, a idéia tem poucas chances de êxito porque se choca com o regimento interno da Constituinte, que prevê a votação pela ordem em que os capítulos aparecem no projeto constitucional. Fora da hipótese de nova alteração dessas normas (a última, patrocinada pelo Centrão, paralisou os trabalhos por quase dois meses), só há um recurso capaz de viabilizar a inversão da pauta: um acordo geral entre as lideranças partidárias. Esta alternativa também já está afastada porque nem todos os líderes concordam com ela.

ULYSSES

Embora tenha sido o primeiro a defender a proposta, como uma fórmula capaz de agilizar o processo constituinte, o deputado Ulysses Guimarães já desistiu da idéia. Ontem à tarde, consultado a respeito do assunto, ele fez questão de lembrar que o regimento não permite qualquer antecipação de temas. Também admitiu a dificuldade de um acordo de lideranças, comprometendo-se contudo a estudar a matéria casotodos os líderes a endossem.

Esta posição reticente do tripresidente foi explicada ontem por um dos políticos de sua intimidade. Segundo esta fonte, Ulysses teme que, antecipada a votação do mandato, e na hipótese de ser aprovado o período de quatro anos, os parlamentares flets ao Palácio do Planalto para a obstruir as demais votações para prolongar indefinida-

mente a Constituinte. A consequência imediata seria a inviabilização das eleições presidenciais este ano. Mas há quem veja nisso uma séria ameaça à própria transição democrática.

A idéia de inversão da pauta, portanto, Ulysses está preferindo um outro recurso para agilizar a Constituinte, que passa pela influência dos governadores sobre as suas bancadas. E com este objetivo que ele está visitando os estados, onde aproveita para amarrar compromissos no sentido de esvaziar a reunião do Diretório Nacional peemedebista, articulada pelo segmento histórico

CONSENSO

Mas a antecipação das votações não desagrada exclusivamente ao presidente da Constituinte. Do PC do B a figuras de proa do Centrão, existe a convicção generalizada de que a proposta servirá na verdade para atropelar os trabalhos, até porque, se aprovada a realização de eleições este ano, será praticamente impossível segurar os parlamentares em Brasília.

O deputado centrista Da-

Costa acha que as votações devem se processar segundo determina o regimento interno. Já o também centrista Luiz Eduardo Magalhães, embora concorde com a inversão, deixou claro que o seu grupo não fechará questão sobre o tema para evitar um imminente racha. "Tem gente no Centrão que é a favor do mandato de quatro anos, e estes naturalmente jamais concordarão com a idéia", admitiu Magalhães.

O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT e antigo defensor da idéia, mudou de posição depois que o governo assumiu a defesa da definição imediata do mandato. Ele chegou a admitir que desistiu de apresentar neste momento seu projeto de resolução prevendo a realização de eleições este ano, porque entende que o tempo trabalha contra o presidente Sarney. "É melhor dar um tempo para permitir que a pressão da sociedade se faça sentir sobre os constituintes. A votação agora, com a atual política de clientelismo patrocinada principalmente pela Caixa Econômica, só beneficiaria os interesses do Planalto".

Quem também apela para a deflagração de uma campanha de pressão popular a favor dos quatro anos é o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. Ele até aceita a "definição-já" do tamanho do mandato de Sarney, pois acha que as posições na Constituinte a respeito do assunto já devem estar confirmadas, mas advertiu que a sociedade deve se mobilizar para garantir a aprovação das eleições diretas este ano.

Aliás, a facção histórica do PMDB, que defende o mandato de quatro anos, já

está se articulando neste sentido. Por iniciativa do ex-governador Franco Montoro, serão instalados painéis em São Paulo com os nomes dos constituintes favoráveis aos interesses do Palácio do Planalto, nos moldes dos que foram utilizados durante a campanha das diretas-já.

Haverá também todo um trabalho de proselitismo através da imprensa. O senador Fernando Henrique inaugurou ontem, ao advertir que, se a Constituinte afastar-se dos anseios populares na questão do mandato, a própria Constituição corre o risco de cair no descrédito. E foi mais longe: para ele, uma frustração desta ordem pode agravar o processo de desobediência civil.

O senador paulista tem mais um argumento, este dirigido aos peemedebistas que apolam os cinco anos. Ele lembrou que o seu partido tem grandes chances de vitória se a eleição presidencial for realizada este ano, junto com o pleito municipal, já que possui a melhor estrutura entre todas as legendas do País. No caso de a sucessão ficar para 89, os pequenos partidos é que sairiam favorecidos, especialmente com as candidaturas Brizola e Lula.

COVAS

O líder Mário Covas também acredita que uma pressão popular mais nítida aumentaria o número de quatroanistas na Constituinte. Apesar disto, ele ainda prefere antecipar a votação do mandato porque está convicto de que, mesmo neste momento, a tese das eleições/88 já é majoritária. "Além disto, seria uma forma de evitar conflitos, na medida em que se afastaria os temas que têm provocado maiores divergências na Assembleia. Ai sim, os trabalhos andariam depressa".

Mais até do que o mandato de Sarney, Covas defende a votação prioritária do regime de governo. Segundo ele, desta definição dependerá o conteúdo de vários outros capítulos da Constituição, portanto a sua antecipação seria uma questão de "simples bom senso".

Nem mesmo nas suas fileiras, contudo, o senador paulista encontra grande receptividade para sua idéia. O vice-líder Nelson Jobim, por exemplo, considera a inversão de pauta absolutamente inviável. "É praticamente impossível arranjar número para alterar o regimento interno a esta altura do campeonato. Também considero muito difícil o acordo de lideranças".